



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de setembro

de 2021

TCE-MA representa contra oito prefeituras

Municípios maranhenses deverão enfrentar as consequências legais do descumprimento de regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com relação à transparência. A Secretaria de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, por meio de um de seus núcleos de fiscalização, representou, nesta semana, ao TCE contra os municípios de Dom Pedro, Paulino Neves, Montes Altos, Miranda do Norte, Araíoses, Amapá do Maranhão, Bom Lugar e Alcântara.

Verificando as informações prestadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconf), do Tesouro Nacional, e nos Portais da Transparência dos municípios, a fiscalização do Tribunal constatou que foi descumprida a obrigação de encaminhar e publicar os dados contábeis e fiscais, Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal, de 01 bimestre e 01 quadrimestre, respectivamente, nos prazos estabelecidos pela norma, ou seja, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e de cada quadrimestre.

Conforme lembram os auditores do Tribunal, a LRF estabelece em seu artigo 48 que os relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumido da Execução Orçamentária são instrumentos de transparência da gestão fiscal. A eficiência do controle sobre as receitas e despesas públicas, a cargo dos Tribunais de Contas, está condicionada ao cumprimento do dever, por parte da administração pública, de dar publicidade aos seus atos. "O princípio da transparência é um dos pilares mais relevantes da Lei da Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação", diz o documento.

Com a omissão desse dever legal, os municípios impedem o exercício do controle social, por parte dos cidadãos, e o controle exercido pelos órgãos de direito como Tribunal de Contas (TCE) e Tribunal de Contas da União, além do **Ministério Público** Estadual e Federal, que dependem da informação primária, íntegra, autêntica e atualizada acerca da gestão fiscal que a lei assegura.

Diante dos fatos os auditores do TCE pedem a aplicação da multa cabível aos gestores municipais conforme prevista na Instrução Normativa 60/2020 do TCE e a citação dos responsáveis para apresentação de defesa, se julgarem necessários. Pedem ainda que sejam adotadas as medidas necessárias ao reparo da omissão, encaminhando, no prazo de cinco dias, as informações no Siconfi e disponibilizando no Portal da Transparência os Relatórios Resumidos da Execução

Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal.

De acordo com o secretário de Fiscalização, Fábio Alex de Melo, a Representação fortalece o trabalho das equipes envolvidos no controle concomitante, pela qualidade e relevância do trabalho. "Não se pode admitir que municípios, alguns deles de forma recorrente, sigam omitindo dados relacionados à sua gestão fiscal à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Tribunal de Contas.

Um dos focos do controle concomitante é justamente a busca por uma qualidade efetiva na gestão fiscal, o que inclui a questão da transparência", pondera.

O secretário informa ainda que a representação contra os oito municípios é a primeira de uma série de medidas, que serão tomadas para assegurar o cumprimento dos mecanismos de transparência. A próxima será o levantamento das informações do Sinc (Sistema de Informações para Controle) do TCE. "Tão logo expire o prazo para a remessa de dados do sistema, em 30 de setembro, iremos fazer um levantamento para ajuizar representação contra os gestores omissos em informar dados ao Tribunal de Contas", afirma.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.471.orig.pdf>

DPE/MA e MPMA buscam contribuir com o desenvolvimento das cidades I .. " I maranhenses com a realização do I Encontro com gestores municipais

Será realizado nesta segunda-feira, 13, às 16h, o I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais, fruto de iniciativa conjunta entre a Defensoria Pública do Estado e o **Ministério Público**, por meio de suas Escolas Superiores. Com a presença confirmada de vários prefeitos, o evento contará com a participação do vice-governador Carlos Brandão.

Em razão das medidas de controle da Covid-19, o evento acontecerá no formato híbrido, presencialmente no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no Calhau, e também com transmissão pelo Canal do Youtube da ESMP.

À frente dos debates estarão o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e a diretora da Escola Superior da DPE/MA, a defensora pública Cristiane Marques, bem como o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e a coordenadora da **Escola Superior do MPMA**, a promotora Karla Farias Vieira. Também foi confirmada no encontro a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Lourival Serejo.

Segundo Cristiane Marques, a intenção do encontro é estreitar o relacionamento com os gestores municipais. Queremos pensar juntos como a Defensoria e o **Ministério Público** podem colaborar para uma gestão municipal de qualidade", ressaltou.

Conforme a programação, depois da mesa de abertura, o tema sobre regularização fundiária será abordado pelo subdefensor-geral Gabriel Furtado e o desembargador Paulo Velten, corregedor-geral da Justiça. Em seguida, às 17h, será a vez de tratar de outro assunto de muito interesse para as Prefeituras, que é resíduos sólidos, com a palestra do promotor Luís Fernando Cabral Barreto Junior. Por fim, marcado para as 17h40, ocorrerá a mesa de debates.

Ainda de acordo com Cristiane Marques, a escolha dos temas a serem debatidos neste primeiro encontro levou em consideração não só o interesse dos gestores, mas também a repercussão social. "A

Defensoria e o **MPMA** como instituições que tratam de temas como regularização fundiária e tratamento de resíduos sólidos, podem auxiliar os gestores, fornecendo diretrizes de como desenvolver essas iniciativas em suas cidades", frisou Cristiane Marques.

Site: <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-12-e-13-09-2021/>

CÚMULO DA HUMILHAÇÃO - Vereadores aliados estão visitando indicados por Biné para oferecer troca de voto futuro por emprego no presente

Acélio Trindade

Para não perder apoio na Câmara e, por consequência, garantir que a CPI DA SAÚDE não saia do ponto morto, o prefeito Zé Francisco se submeteu aos caprichos de seus vereadores.

Em razão disso, vem aí uma grande reforma administrativa onde vereador vai virar secretário (ou indicar quem ele quer ao comando da secretaria) e secretários vão ser realocados ou perder o cargo para funções subalternas.

É ISSO OU A CPI ANDANDO, foi o beco em que os parlamentares enfiaram o gestor acuado.

Mas esta situação, considerada até natural dentro de ambiente dos diabinhos paridos pela famigerada política do toma lá da cá, acaba de dar à luz uma nova situação ainda mais nojenta uma vez que atinge pessoas pobres que nada tem têm a ver com a crise gerada pela CPI e pela saída de Biné do grupão.

É que vereadores que estão assumindo secretarias começaram a ir aos locais de trabalho tentar convencer empregados da Prefeitura, indicados por quem vai sair ou já saiu (como é o caso de Biné), de que se garantir votar nele (parlamentar visitante e pressionador) o emprego pode ser garantido, o contrário é ruaaaaa.

Um vídeo enviado blogdoacelio prova esta forma de assédio acontecendo num posto de saúde de Codó por um vereador aliado de Zé Francisco.

NOSSA CRÍTICA À ESTA HUMILHÃO QUE SÓ PODE SER BARRADA PELO PREFEITO OU PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Site: <https://www.blogdoacelio.com.br/cumulo-da-humilhacao-vereadores-aliados-estao-visitando-indicados-por-bine-para-oferecer-troca-de-voto-futuro-por-emprego-no-presente/>

MPMA denuncia 13 pessoas por desvio de recursos de convênios em Timon

Wellyngthon Sampaio

A 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon ingressou, em 25 de agosto, com uma Denúncia contra 13 pessoas por integrarem uma organização criminosa que teria desviado recursos públicos de convênios firmados entre entidades do município e o Estado do **Maranhão**.

Foram denunciados Edinaldo Medeiros Pereira, Francisco de Fátima Santos Lima (presidente da Liga Desportiva Timonense), Zuleide de Sousa Lima (presidente do Instituto Vida e Ação), Odelívia Freitas Rodrigues (sócia-administradora da Max Vox Publicidade e Propaganda Ltda.), Ismael Lopes Alves, Eliomar Feitosa Júnior, Laura Freire Caetano, José dos Santos Oliveira, Valdércio Oliveira Machado, Artur Nunes de Sousa Pereira, Gislane Laise Rodrigues de Sousa, Jozivaldo dos Santos Correia e José Alves de Oliveira Neto.

As irregularidades foram descobertas em investigação da Promotoria, com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e do 1º Departamento de Combate à Corrupção de Timon, após receber a informação de que Edinaldo Medeiros Pereira falsificou documento público de Requerimento de Empresário utilizado na Junta Comercial do **Maranhão**, alterando as atividades de uma empresa.

O contador havia sido contratado para dar baixa na empresa, mas, na verdade, mudou seu ramo de atuação da venda de confecção e acessórios para prestar serviços de contabilidade, sem conhecimento da proprietária da empresa. O objetivo foi utilizá-la para a emissão de notas fiscais de serviços não executados para fazerem parte das prestações de contas de convênios firmados com o Estado do **Maranhão**.

A dona da empresa tomou conhecimento da situação ao receber a visita de um fiscal da Prefeitura de Timon, notificando a existência de débitos junto à Secretaria Municipal de Finanças que somavam R\$ 1.456,40. Além disso, ela foi notificada pelo Conselho de Contabilidade e pela Polícia Federal para responder por um possível ato criminoso de exercício ilegal de profissão, visto que não era contadora.

As assinaturas constantes do documento apresentado à Junta Comercial e em uma suposta procuração, dando poderes a Edinaldo Pereira para representar a empresária, divergem grosseiramente, levando a crer que foram falsificadas pelo contador.

O próprio Edinaldo Pereira, ouvido pelo **Ministério Público**, afirmou que "estava precisando de uma empresa para prestar contas de uns convênios, e em razão do lapso temporal modificou o ramo da empresa".

Outro tipo de falsificação foi identificado nos cheques emitidos pelas entidades envolvidas. Os cheques eram pagos a pessoas distintas daquelas que constavam nas prestações de contas dos convênios. De acordo com as investigações, Francisco de Fátima Santos e Zuleide Lima adulteravam os cheques emitidos com a substituição dos nomes dos destinatários.

Laura Caetano e José dos Santos Oliveira emprestavam seus nomes para serem colocados nos cheques, como se tivessem prestado o serviço descrito, e endossavam os documentos em favor de Edinaldo Pereira. Já Francisco de Fátima Lima, Artur Pereira, Gislane de Sousa e Jozivaldo Correia também emprestavam seus nomes e endossavam cheques em benefício de José Alves de Oliveira Neto.

Segundo a denúncia, "O esquema era comandado pelo contador Edinaldo que elaborava os projetos e angariava os recursos em desfavor das entidades, ao final realizavam as prestações de contas de forma fraudulenta, com empresas de fachada, pagamento em duplicidade por serviços não realizados e falsificação de cheques".

De acordo com as investigações, o dano causado aos cofres públicos foi de R\$ 129.240,00. Em valores corrigidos, o prejuízo chega a R\$ 226.279,52. Entre os crimes constantes da Denúncia estão a falsificação de documentos público e particular, falsidade ideológica, peculato e organização criminosa.

Por se tratar de organização criminosa, o processo foi deslocado para a 1ª Vara Criminal de São Luís, que detém competência para julgar o feito.

Com informações **MPMA**

Site: <https://www.blogdosampaio.com.br/mpma-denuncia-13-pessoas-por-desvio-de-recursos-de-convenios-em-timon/>

Justiça decreta a prisão do tenente acusado de assassinar perito na UPA do Parque Vitória

Marcial Lima

A justiça decretou a prisão do tenente N Souza e outro policial acusados de terem assassinado o perito Salomão Matos do Santos de 42 anos. O crime aconteceu na madrugada do dia 29 de janeiro deste ano, na área do estacionamento do Parque Vitória.

Multimídia:

***<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/09/13/RDIOMIRANTEA>
M600SOLUSMA-06.25.01-06.26.28-1631525987.mp3***